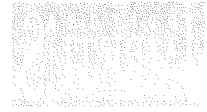


# CURSO DE PROCESSO PENAL

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL



**RENATO BRASILEIRO DE LIMA**

# CURSO DE PROCESSO PENAL

EDITORA IMPETUS

1. Introdução  
2. O Processo Penal  
3. O Ministério Público  
4. O Juiz Penal  
5. O Advogado Defensor  
6. O Acusado  
7. O Juri  
8. O Julgamento  
9. O Recurso  
10. O Habeas Corpus  
11. O Habeas Data  
12. O Habeas Limine  
13. O Habeas Religião  
14. O Habeas Sedes  
15. O Habeas Testamento  
16. O Habeas Viagem  
17. O Habeas Alimenta  
18. O Habeas Família  
19. O Habeas Interdito  
20. O Habeas Interdito Proibido  
21. O Habeas Interdito Negativo  
22. O Habeas Interdito Positivo  
23. O Habeas Interdito Restrito  
24. O Habeas Interdito Absoluto  
25. O Habeas Interdito Relativo  
26. O Habeas Interdito Absoluto e Relativo  
27. O Habeas Interdito Absoluto e Relativo  
28. O Habeas Interdito Absoluto e Relativo  
29. O Habeas Interdito Absoluto e Relativo  
30. O Habeas Interdito Absoluto e Relativo

IMPETUS EDITORA



Niterói, RJ

2013



**Editora Impetus Ltda.**

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Editora Impetus Ltda.

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda. / Marcos Roque

Impressão e encadernação: Prol Editora Gráfica Ltda.

1ª edição/2ª Tiragem

L71m

Lima, Renato Brasileiro de.

Curso de processo penal / Renato Brasileiro de  
Lima. – Niterói, RJ: Impetus, 2013.

1.944 p.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7626-681-5

1. Processo penal – Brasil. I. Título.

CDD – 345.8105

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

**O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.**

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

[www.impetus.com.br](http://www.impetus.com.br)



3.4.	Princípio da publicidade.....	28
3.4.1.	Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	30
3.4.2.	Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta ...	31
3.5.	Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real .....	32
3.5.1.	Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados.....	34
3.6.	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	35
3.7.	Princípio do juiz natural .....	35
3.8.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	38
3.8.1.	Noções introdutórias .....	38
3.8.2.	Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo .....	38
3.8.3.	Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo .....	39
3.8.4.	Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo ....	42
3.8.5.	Bafômetro: a infração administrativa de embriaguez ao volante e a nova redação do crime de embriaguez ao volante (Lei nº 12.760/12).....	48
3.8.6.	Consequências do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo .....	52
3.8.7.	O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	52
3.9.	Princípio da proporcionalidade .....	53
3.9.1.	Da adequação.....	55
3.9.2.	Da necessidade.....	56
3.9.3.	Da proporcionalidade em sentido estrito.....	57
4.	Lei processual penal no espaço.....	57
4.1.	Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	58
4.2.	Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades .....	59
4.3.	Processos da competência da Justiça Militar .....	60
4.4.	Processos da competência do tribunal especial .....	61
4.5.	Crimes de imprensa.....	61
4.6.	Crimes eleitorais .....	61
4.7.	Outras exceções .....	62
5.	Lei processual penal no tempo.....	63
5.1.	Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo .....	65
5.2.	Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição.....	66
5.3.	Leis nºs 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento .....	67
5.4.	Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal.....	68
5.5.	Normas processuais heterotópicas.....	69
5.6.	Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal .....	69

<b>Título 2 – Investigação Preliminar.....</b>	<b>71</b>
1. Conceito de inquérito policial .....	71
2. Natureza jurídica do inquérito policial .....	71
3. Finalidade do inquérito policial .....	72
4. Valor probatório do inquérito policial .....	74
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial .....	75
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa .....	75
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal .....	77
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal.....	78
6. Características do inquérito policial .....	79
6.1. Procedimento escrito .....	79
6.2. Procedimento dispensável.....	79
6.3. Procedimento sigiloso.....	80
6.4. Procedimento inquisitorial .....	83
6.5. Procedimento discricionário.....	85
6.6. Procedimento oficial .....	86
6.7. Procedimento oficioso.....	86
6.8. Procedimento indisponível .....	87
6.9. Procedimento temporário .....	87
7. Formas de instauração do inquérito policial.....	88
7.1. Crimes de ação penal pública incondicionada .....	88
7.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	91
8. <i>Notitia criminis</i> .....	92
8.1. <i>Delatio criminis</i> .....	92
8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada .....	92
9. Diligências investigatórias.....	93
9.1. Preservação do local do crime.....	93
9.2. Apreensão de objetos .....	94
9.3. Colheita de outras provas .....	95
9.4. Oitiva do ofendido .....	96
9.5. Oitiva do indiciado.....	96
9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações .....	98
9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	98
9.8. Identificação do indiciado.....	98
9.9. Averiguação da vida progressa do investigado .....	99
9.10. Reconstituição do fato delituoso.....	99
10. Identificação criminal.....	100
10.1. Conceito.....	100
10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	101
10.3. Documentos atestadores da identificação civil .....	103
10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal .....	104

10.5.	Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12)	106
11.	Incomunicabilidade do indiciado preso	107
11.1.	Regime disciplinar diferenciado	108
12.	Indiciamento	109
12.1.	Conceito	109
12.2.	Momento	110
12.3.	Espécies	110
12.4.	Pressupostos	110
12.5.	Desindiciamento	111
12.6.	Atribuição	111
12.7.	Sujeito passivo	111
12.8.	Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	113
13.	Conclusão do inquérito policial	113
13.1.	Prazo para a conclusão do inquérito policial	113
13.1.1.	Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial	116
13.2.	Relatório da autoridade policial	116
13.3.	Destinatário dos autos do inquérito policial	117
13.4.	Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial	119
14.	Arquivamento do inquérito policial	121
14.1.	Fundamentos do arquivamento	122
14.2.	Coisa julgada na decisão de arquivamento	123
14.3.	Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas	126
14.4.	Procedimento do arquivamento	128
14.4.1.	Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual	128
14.4.2.	Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal	129
14.4.3.	Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral	130
14.4.4.	Procedimento do arquivamento na Justiça Militar da União	131
14.4.5.	Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	133
14.5.	Arquivamento implícito	134
14.6.	Arquivamento indireto	135
14.7.	Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada	136
14.8.	Recorribilidade contra a decisão de arquivamento	136
14.9.	Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente	137
15.	Trancamento do inquérito policial	138
16.	Instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial	139
16.1.	Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	139
16.2.	Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF)	142
16.3.	Inquérito Policial Militar	143

16.4.	Investigação pelo Ministério Público: procedimento investigatório criminal	145
16.4.1.	Posição contrária à investigação pelo Ministério Público	145
16.4.2.	Posição favorável à investigação pelo Ministério Público	145
16.4.3.	Posição jurisprudencial	147
16.4.4.	Procedimento investigatório criminal	149
16.5.	Inquérito civil	151
16.6.	Termo circunstanciado	152
16.7.	Investigação pela autoridade judiciária	152
16.7.1.	Inquérito judicial	152
16.7.2.	Lei das organizações criminosas	152
16.7.3.	Infrações penais praticadas por magistrados	153
16.8.	Investigação criminal defensiva	154
17.	Controle externo da atividade policial	155
<b>Título 3 – Ação Penal e Ação Civil Ex Delicto</b>		<b>159</b>
1.	Conceito de ação penal	159
2.	Características do direito de ação penal	160
3.	Lide no processo penal	161
4.	Condições da ação penal	161
4.1.	Condições genéricas da ação penal	163
4.1.1.	À luz da teoria geral do processo	163
4.1.1.1.	Possibilidade jurídica do pedido	163
4.1.1.2.	Legitimidade para agir	165
4.1.1.2.1.	Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal	167
4.1.1.3.	Interesse de agir	168
4.1.1.3.1.	Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir	169
4.1.1.4.	Justa Causa	172
4.1.1.4.1.	Justa Causa duplicada	173
4.1.2.	À luz de uma teoria específica do processo penal	175
4.1.2.1.	Prática de fato aparentemente criminoso	175
4.1.2.2.	Punibilidade concreta	176
4.2.	Condições específicas da ação penal	176
4.3.	Condições da ação e condições de prossequibilidade (condição superveniente da ação)	178
4.4.	Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias	179
4.4.1.	Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária	181



5.	Classificação das ações penais.....	185
5.1.	Classificação das ações penais condenatórias .....	186
6.	Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada .....	188
6.1.	Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i> .....	188
6.2.	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	189
6.3.	Princípio da intranscendência .....	191
6.4.	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública .....	192
6.5.	Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	196
6.6.	Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	197
6.7.	Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	198
6.8.	Princípio da (in)divisibilidade da ação penal pública.....	198
6.9.	Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	199
6.10.	Princípio da oficialidade.....	201
6.11.	Princípio da autoritariedade.....	201
6.12.	Princípio da oficiosidade .....	201
6.13.	Quadro comparativo dos princípios da ação penal .....	202
7.	Ação penal pública incondicionada.....	203
8.	Ação penal pública condicionada.....	205
8.1.	Representação .....	206
8.1.1.	Natureza jurídica da representação .....	207
8.1.2.	Desnecessidade de formalismo.....	207
8.1.3.	Destinatário da representação.....	208
8.1.4.	Legitimidade para o oferecimento da representação.....	209
8.1.5.	Prazo decadencial para o oferecimento da representação.....	211
8.1.6.	Retratação da representação.....	214
8.1.6.1.	Retratação da retratação da representação .....	214
8.1.6.2.	Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	215
8.1.7.	Eficácia objetiva da representação .....	216
8.1.8.	Representação no processo penal militar .....	217
8.2.	Requisição do Ministro da Justiça .....	218
8.2.1.	Requisição no processo penal militar .....	219
9.	Ação penal de iniciativa privada .....	219
9.1.	Ação penal exclusivamente privada.....	221
9.2.	Ação penal privada personalíssima.....	221
9.3.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	222
9.4.	Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada .....	226
9.4.1.	Decadência.....	226
9.4.2.	Renúncia ao direito de queixa .....	229
9.4.3.	Perdão do ofendido .....	230
9.4.4.	Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido .....	232
9.4.5.	Perempção.....	232
9.5.	Ação penal privada no processo penal militar.....	234

10.	Ação penal popular .....	235
11.	Ação penal adesiva .....	236
12.	Ação de prevenção penal .....	236
13.	Ação penal secundária .....	237
14.	Ação penal nas várias espécies de crimes .....	237
14.1.	Ação penal nos crimes contra a honra .....	237
14.2.	Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada .....	239
14.3.	Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	240
14.4.	Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação .....	242
14.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 12.015/09) .....	243
14.5.1.	Antes da Lei nº 12.015/09 .....	243
14.5.2.	Depois da Lei nº 12.015/09 .....	246
14.5.3.	Direito intertemporal .....	248
15.	Peça acusatória .....	251
15.1.	Denúncia e queixa-crime .....	251
15.2.	Requisitos da peça acusatória .....	252
15.2.1.	Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias .....	252
15.2.2.	Qualificação do acusado .....	256
15.2.3.	Classificação do crime .....	257
15.2.4.	Rol de testemunhas .....	257
15.2.5.	Endereçamento da peça acusatória .....	258
15.2.6.	Redação em vernáculo .....	259
15.2.7.	Razões de convicção ou presunção da delinquência .....	259
15.2.8.	Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante .....	259
15.2.9.	Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas .....	260
15.3.	Prazo para o oferecimento da peça acusatória .....	261
16.	Questões diversas .....	264
16.1.	Denúncia genérica e crimes societários .....	264
16.1.1.	Acusação geral e acusação genérica .....	265
16.2.	Cumulação de imputações .....	266
16.3.	Imputação implícita .....	267
16.4.	Imputação alternativa .....	267
17.	Aditamento à denúncia .....	270
17.1.	Espécies de aditamento .....	272
17.1.1.	Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio .....	272
17.1.2.	Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado .....	273
17.2.	Interrupção da prescrição .....	274
17.3.	Procedimento do aditamento .....	275
17.4.	Aditamento à queixa-crime .....	275

18.	Ação civil <i>ex delicto</i> .....	276
18.1.	Noções introdutórias .....	276
18.2.	Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal .....	277
18.3.	Efeitos civis da absolvição penal .....	279
18.4.	Obrigações de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória .....	284
18.4.1.	Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido .....	287
18.4.2.	Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória .....	290
<b>Título 4 – Competência Criminal</b> .....		<b>293</b>
<b>Capítulo I – Premissas Fundamentais e Aspectos Introdutórios</b> .....		<b>293</b>
1.	Jurisdição e competência .....	293
2.	Princípio do juiz natural .....	294
2.1.	Lei processual que altera regras de competência .....	295
2.2.	Convocação de Juizes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores .....	296
3.	Espécies de competência .....	299
4.	Competência absoluta e relativa .....	301
4.1.	Quanto à natureza do interesse .....	301
4.2.	Quanto à arguição da incompetência .....	302
4.3.	Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i> .....	306
4.4.	Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa .....	308
4.5.	Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa .....	311
4.6.	Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa .....	312
5.	Fixação da competência criminal .....	313
6.	Competência internacional .....	314
7.	Tribunal Penal Internacional .....	316
<b>Capítulo II – Competência em Razão da Matéria</b> .....		<b>320</b>
1.	Competência Criminal da Justiça Militar .....	320
1.1.	Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados .....	320
1.1.1.	Quanto à competência criminal .....	320
1.1.2.	Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares .....	321
1.1.3.	Quanto ao acusado .....	322
1.1.4.	Quanto ao órgão jurisdicional competente .....	324
1.1.5.	Quanto ao órgão jurisdicional <i>ad quem</i> .....	327
1.1.6.	Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual .....	328

1.2.	Crime militar .....	329
1.2.1.	Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	329
1.2.2.	Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta .....	332
1.2.3.	Dos crimes militares em tempo de paz .....	333
1.2.3.1.	Do conceito de <i>militar</i> para fins de aplicação da lei penal militar.....	333
1.2.3.2.	Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar .....	338
1.2.3.3.	Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar .....	339
a)	Do crime militar praticado por militar da ativa contra militar da ativa.....	339
b)	Do crime militar cometido por militar da ativa contra civil em lugar sujeito à administração militar.....	342
c)	Do crime militar praticado por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra civil .....	345
c.1)	Da função de natureza militar: as atribuições subsidiárias das Forças Armadas previstas na Lei Complementar nº 97/99 .....	354
d)	Do crime militar praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra civil .....	356
e)	Do crime militar cometido por militar da ativa contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar .....	356
f)	Do revogado crime militar praticado por militar da ativa que, embora não estando em serviço, usasse arma da corporação para a prática de ato ilegal .....	358
1.2.3.4.	Do inciso III do art. 9º do CPM .....	359
a)	Do crime militar praticado por civil contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar .....	361
b)	Do crime militar praticado por civil em lugar sujeito à administração militar contra militar da ativa .....	363
c)	Do crime militar praticado por civil contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras .....	366
d)	Do crime militar praticado por civil, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.....	367

1.2.3.5.	Do parágrafo único do art. 9º do CPM.....	368
a)	Desclassificação da imputação de homicídio doloso pelo juiz sumariante .....	372
b)	Desclassificação pelos jurados para crime não doloso contra a vida e competência para o julgamento do crime militar.....	373
c)	Tiro de abate e a competência da Justiça Militar da União para o seu julgamento .....	373
1.2.4.	Dos crimes militares praticados em tempo de guerra .....	375
2.	Competência Criminal da Justiça Eleitoral .....	376
3.	Competência Criminal da Justiça do Trabalho .....	378
4.	Competência Criminal da Justiça Federal.....	380
4.1.	Considerações iniciais .....	380
4.2.	Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal .....	381
4.3.	Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, art. 109, inciso IV).....	382
4.3.1.	Crimes políticos .....	382
4.3.2.	Crimes contra a União .....	383
4.3.3.	Crimes contra autarquias federais .....	383
4.3.4.	Crimes contra empresas públicas federais .....	384
4.3.5.	Crimes contra fundações públicas federais.....	385
4.3.6.	Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	386
4.3.7.	Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	387
4.3.8.	Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviço público federal .....	388
4.3.9.	Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	389
4.3.10.	Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) ...	394
4.3.11.	Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar da União .....	395
4.3.12.	Crime praticado contra funcionário público federal.....	396
4.3.13.	Crime praticado por funcionário público federal.....	399
4.3.14.	Tribunal do Júri Federal.....	400
4.3.15.	Crimes contra o meio ambiente.....	401
4.3.16.	Crimes contra a fé pública .....	405
4.3.17.	Execução penal.....	412
4.3.18.	Contravenções penais.....	413
4.3.19.	Atos infracionais.....	414

4.4.	Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, art. 109, inciso V) .....	414
4.4.1.	Tráfico internacional de drogas .....	416
	a. Desclassificação do tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência .....	418
	b. Delegação de competência federal .....	419
4.4.2.	Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal .....	421
	a. Tráfico internacional de arma de fogo .....	421
	b. Tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual .....	421
	c. Transferência ilegal de criança ou adolescente para o exterior .....	422
	d. Pornografia infantil e pedofilia por meio da internet .....	422
4.5.	Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, art. 109, V-A, c/c art. 109, § 5º) .....	424
4.6.	Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, art. 109, VI) .....	426
4.6.1.	Crimes contra a organização do trabalho .....	426
4.6.2.	Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira .....	429
4.6.2.1.	Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais .....	433
4.7.	<i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, art. 109, VII) .....	436
4.8.	Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, art. 109, VIII) .....	437
4.9.	Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, art. 109, inciso IX) .....	438
4.10.	Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, art. 109, X) .....	441
4.11.	Disputa sobre direitos indígenas (CF, art. 109, XI) .....	442
4.11.1.	Genocídio contra índios .....	444
4.12.	Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual .....	445
5.	Competência Criminal da Justiça Estadual .....	447
6.	Justiça Política ou Extraordinária .....	448

Capítulo III – Competência por Prerrogativa de Função.....	451
1.    Conceito.....	451
2.    Regras básicas.....	452
2.1.    Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função.....	452
2.2.    Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	453
2.3.    Duplo grau de jurisdição.....	453
2.4.    Infração penal praticada antes do exercício funcional (regra da atualidade).....	453
2.5.    Crime cometido durante o exercício funcional (regra da contemporaneidade).....	455
2.6.    Crime cometido após o exercício funcional.....	459
2.7.    Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade.....	459
2.8.    Local da infração.....	461
2.9.    Crime doloso contra a vida.....	461
2.10.    Hipóteses de concurso de agentes.....	462
2.11.    Constituições Estaduais e princípio da simetria.....	465
2.12.    Exceção da verdade.....	467
2.13.    Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores.....	469
2.14.    Procedimento originário dos Tribunais.....	470
3.    Casuística.....	471
3.1.    Quanto à competência dos Tribunais.....	471
3.1.1.    Supremo Tribunal Federal.....	471
3.1.2.    Superior Tribunal de Justiça.....	472
3.1.3.    Tribunal Superior Eleitoral.....	474
3.1.4.    Superior Tribunal Militar.....	474
3.1.5.    Tribunais Regionais Federais.....	474
3.1.6.    Tribunais Regionais Eleitorais.....	475
3.1.7.    Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	475
3.1.8.    Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	476
3.1.9.    Senado Federal.....	477
3.1.10.    Tribunal Especial.....	477
3.1.11.    Câmara Municipal.....	477
3.2.    Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	477
3.2.1.    Presidente da República.....	477
3.2.2.    Deputados federais e Senadores.....	478
3.2.3.    Ministros de Estado.....	479
3.2.4.    Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.....	481
3.2.5.    Governador de Estado.....	481

3.2.6.	Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.....	483
3.2.7.	Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais.....	484
3.2.8.	Membros do Ministério Público da União.....	485
3.2.9.	Deputados Estaduais.....	486
3.2.10.	Prefeitos municipais.....	488
3.2.11.	Vereadores.....	489
4.	Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	490
<b>Capítulo IV – Competência Territorial.....</b>		<b>492</b>
1.	Introdução.....	492
2.	Competência territorial pelo lugar da consumação da infração.....	492
3.	Casuística.....	494
3.1.	Quanto às espécies de infração penal.....	494
3.1.1.	Crimes de mera conduta.....	494
3.1.2.	Crimes formais.....	494
3.1.3.	Crimes materiais.....	495
3.1.4.	Crimes qualificados pelo resultado.....	495
3.1.5.	Crimes permanentes.....	495
3.1.6.	Infrações em continuidade delitiva.....	495
3.1.7.	Crimes plurilocais.....	496
3.1.8.	Crimes à distância ou de espaço máximo.....	497
3.1.9.	Crimes cometidos no estrangeiro.....	498
3.1.10.	Infrações cometidas a bordo de embarcações ou aeronaves.....	499
3.1.11.	Infrações cometidas na divisa de duas ou mais comarcas.....	500
3.1.12.	Crimes previstos na Lei de Imprensa (ADPF nº 130).....	500
3.1.13.	Crimes falimentares.....	501
3.1.14.	Atos infracionais.....	501
3.2.	Quanto aos crimes em espécie.....	501
3.2.1.	Fraude no pagamento por meio de cheque.....	502
3.2.2.	Apropriação indébita.....	502
3.2.3.	Furto qualificado pela fraude eletrônica na internet.....	503
3.2.4.	Pedofilia por meio da internet.....	503
3.2.5.	Falso testemunho cometido em carta precatória.....	504
3.2.6.	Uso de documento falso.....	504
3.2.7.	Contrabando ou descaminho.....	505
3.2.8.	Evasão de divisas.....	505
3.2.9.	Exposição à venda de mercadoria em condições impróprias ao consumo.....	505
4.	Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	505
5.	Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral.....	507



Capítulo V – Competência de Juízo.....	508
1. Determinação do Juízo competente.....	508
2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	509
3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.....	514
3.1. Conceito legal de organizações criminosas.....	514
3.2. Formação do Juízo colegiado em primeiro grau.....	517
3.3. Direito intertemporal.....	523
4. Competência do Juízo da Execução Penal.....	524
5. Competência por distribuição.....	528
6. Competência por prevenção.....	529
Capítulo VI – Modificação da Competência.....	533
1. Conexão e continência.....	533
1.1. Introdução.....	533
1.2. Conexão.....	535
1.3. Continência.....	537
1.4. Efeitos da conexão e da continência.....	538
1.5. Foro prevalente.....	539
1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	539
1.5.2. Jurisdições distintas.....	540
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	540
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior.....	541
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual.....	541
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	541
1.6. Separação de processos.....	543
1.6.1. Separação obrigatória dos processos.....	544
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar.....	544
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do Juízo de Menores.....	544
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	544
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus; seguida de seu não comparecimento e não constituição de defensor.....	545
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não comparecimento do acusado à sessão de julgamento do Júri, em se tratando de crime inafiançável.....	545
1.6.1.6. Recusas peremptórias no Júri.....	546
1.6.2. Separação facultativa de processos.....	546
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	546
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.....	547

1.6.2.3.	Motivo relevante pelo qual o juiz repute conveniente a separação.....	547
1.7.	Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	547
2.	Prorrogação de competência.....	550
3.	Perpetuação de competência.....	551
<b>Título 5 – Provas.....</b>		<b>555</b>
<b>Capítulo I – Teoria Geral das Provas.....</b>		<b>555</b>
1.	Terminologia da prova.....	555
1.1.	Acepções da palavra prova.....	555
1.2.	Distinção entre prova e elementos informativos.....	556
1.3.	Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	557
1.4.	Destinatários da prova.....	559
1.5.	Elemento de prova e resultado da prova.....	559
1.6.	Finalidade da prova.....	560
1.7.	Sujeitos da prova.....	560
1.8.	Forma da prova.....	561
1.9.	Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	561
1.9.1.	Técnicas especiais de investigação.....	562
1.10.	Prova direta e prova indireta.....	563
1.11.	Indício: prova indireta ou prova semiplena.....	564
1.12.	Suspeita.....	565
1.13.	Objeto da prova.....	566
1.14.	Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova.....	570
1.15.	Prova emprestada.....	570
1.16.	Prova nominada e prova inominada.....	573
1.17.	Prova típica e prova atípica.....	574
1.18.	Prova anômala e prova irritual.....	575
2.	Ônus da prova.....	576
2.1.	Conceito.....	576
2.2.	Ônus da prova perfeito e menos perfeito.....	577
2.3.	Ônus da prova objetivo e subjetivo.....	577
2.4.	Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	579
2.4.1.	Ônus da prova da acusação e da defesa.....	579
2.4.2.	Ônus da prova exclusivo da acusação.....	581
2.5.	Inversão do ônus da prova.....	583
3.	Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado.....	584
3.1.	Iniciativa probatória do juiz na fase investigatória.....	584
3.2.	Iniciativa probatória do juiz no curso do processo penal.....	586
4.	Sistemas de avaliação da prova.....	588
4.1.	Sistema da íntima convicção do magistrado.....	588

4.2.	Sistema da prova tarifada .....	589
4.3.	Sistema do livre convencimento motivado .....	590
5.	Da prova ilegal .....	592
5.1.	Limitações ao direito à prova .....	592
5.1.1.	Provas ilícitas e ilegítimas .....	593
5.1.2.	Tratamento da (in)admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas .....	596
5.2.	Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada) .....	598
5.3.	Limitações à prova ilícita por derivação .....	600
5.3.1.	Da teoria da fonte independente .....	601
5.3.2.	Teoria da descoberta inevitável .....	602
5.3.3.	Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída) .....	604
5.3.4.	Exceção da boa-fé .....	605
5.3.5.	A teoria do risco .....	606
5.3.6.	Limitação da destruição da mentira do imputado .....	607
5.3.7.	Doutrina da visão aberta .....	608
5.3.7.1.	Teoria do encontro fortuito de provas .....	609
5.3.8.	Limitação da renúncia do interessado .....	610
5.3.9.	A limitação da infração constitucional alheia .....	611
5.3.10.	A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial .....	611
5.4.	Inutilização da prova ilícita .....	613
5.4.1.	Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri .....	615
5.5.	Descontaminação do julgado .....	615
6.	Princípios relativos à prova penal .....	616
6.1.	Princípio da proporcionalidade .....	616
6.1.1.	Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i> .....	616
6.1.2.	Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro societate</i> .....	617
6.2.	Princípio da comunhão da prova .....	620
6.3.	Princípio da autorresponsabilidade das partes .....	620
6.4.	Princípio da oralidade .....	621
6.4.1.	Princípio da identidade física do juiz .....	621
6.4.1.1.	Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz .....	623
6.5.	Princípio da liberdade probatória .....	624
6.5.1.	Liberdade probatória quanto ao momento da prova .....	625
6.5.2.	Liberdade probatória quanto ao tema da prova .....	625
6.5.3.	Liberdade probatória quanto aos meios de prova .....	626
Capítulo II – Provas em Espécie .....		627
1.	Exame de corpo de delito e outras perícias .....	627
1.1.	Corpo de delito .....	627
1.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias .....	627

806	1.3.	Laudo pericial.....	629
806	1.3.1.	Momento para a juntada do laudo pericial.....	630
806	1.3.2.	Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	631
100	1.3.3.	Laudo pericial e contraditório.....	631
900	1.4.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes.....	631
900	1.5.	Exame de corpo de delito direto e indireto.....	632
900	1.5.1.	Casuística.....	633
900	1.6.	Ausência do exame de corpo de delito.....	636
800	1.7.	Peritos: oficiais e não oficiais.....	637
800	1.7.1.	Número de peritos.....	638
800	1.8.	Assistente técnico.....	640
800	1.9.	Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	641
800	1.10.	Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	641
800	1.11.	Exame pericial de local de crime.....	642
800	1.12.	Perícias de laboratório.....	642
800	1.13.	Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	642
800	1.14.	Exame pericial nos casos de incêndio.....	643
800	1.15.	Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	643
000	1.16.	Exame pericial dos instrumentos do crime.....	644
000	1.17.	Exame pericial por meio de carta precatória.....	644
000	2.	Interrogatório judicial.....	644
000	2.1.	Conceito.....	644
000	2.2.	Natureza jurídica.....	644
000	2.3.	Momento para a realização do interrogatório.....	645
000	2.4.	Condução coercitiva.....	647
800	2.5.	Foro competente para a realização do interrogatório.....	647
800	2.6.	Ausência do interrogatório.....	648
000	2.7.	Características do interrogatório.....	648
080	2.7.1.	Ato personalíssimo.....	648
080	2.7.2.	Ato contraditório.....	648
180	2.7.3.	Ato assistido tecnicamente.....	650
180	2.7.4.	Ato oral.....	651
080	2.7.5.	Ato individual.....	651
080	2.7.6.	Ato bifásico.....	652
880	2.7.7.	Ato protegido pelo direito ao silêncio.....	652
700	2.7.8.	Liberdade de autodeterminação.....	654
080	2.7.9.	Ato público.....	656
080	2.7.10.	Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado.....	656
080	2.8.	Local da realização do interrogatório.....	656
080	2.9.	Nomeação de curador.....	658
800	3.	Comunicação ao ofendido e familiares.....	659

2.10.	Interrogatório por videoconferência.....	658
2.10.1.	Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	658
2.10.2.	A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09.....	660
2.10.3.	Finalidades do uso da videoconferência.....	661
2.10.4.	Intimação das partes da realização da videoconferência.....	662
2.10.5.	Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	662
2.10.6.	Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	663
2.10.7.	Da (in)constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	663
3.	Confissão.....	664
3.1.	Conceito.....	664
3.2.	Classificação da confissão.....	665
3.3.	Características da confissão.....	665
3.4.	Valor probatório da confissão.....	666
3.5.	Circunstância atenuante da confissão.....	666
4.	Declarações do ofendido.....	667
5.	Prova testemunhal.....	668
5.1.	Conceito de testemunhã e sua natureza jurídica.....	668
5.2.	Características da prova testemunhal.....	668
5.3.	Deveres das testemunhas.....	670
5.3.1.	Dever de depor.....	670
5.3.2.	Dever de comparecimento.....	672
5.3.3.	Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade.....	674
5.3.4.	Dever de comunicar mudança de residência.....	676
5.4.	Espécies de testemunhas.....	676
5.4.1.	Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano.....	677
5.5.	Procedimento para a oitiva de testemunhas.....	678
5.5.1.	Apresentação do rol de testemunhas.....	678
5.5.2.	Intimação das testemunhas.....	679
5.5.3.	Substituição de testemunhas.....	680
5.5.4.	Desistência da oitiva de testemunhas.....	680
5.5.5.	Incomunicabilidade das testemunhas.....	681
5.5.6.	Retirada do acusado da sala de audiência.....	681
5.5.7.	Assunção do compromisso de dizer a verdade.....	682
5.5.8.	Qualificação da testemunha.....	682
5.5.9.	Contradita e arguição de parcialidade da testemunha.....	683
5.5.10.	Colheita do depoimento: exame direto ( <i>direct-examination</i> ) e exame cruzado ( <i>cross-examination</i> ).....	683
5.5.11.	Inversão da ordem de oitiva das testemunhas.....	686
5.6.	Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora.....	687
5.6.1.	Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	689
5.6.2.	Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	692

6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	693
6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	693
6.2.	Procedimento.....	694
6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	695
7.	Acareação.....	695
7.1.	Conceito e natureza jurídica.....	695
7.2.	Procedimento probatório.....	696
7.3.	Valor probatório.....	697
8.	Prova documental.....	697
8.1.	Conceito e espécies.....	697
8.2.	Produção da prova documental.....	699
8.3.	Tradução de documentos em língua estrangeira.....	700
8.4.	Restituição de documentos.....	701
9.	Indícios.....	701
10.	Busca e apreensão.....	701
10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	701
10.2.	Iniciativa e decretação.....	702
10.3.	Objeto.....	703
10.4.	Espécies de busca.....	704
10.4.1.	Busca domiciliar.....	704
10.4.1.1.	Mandado de busca e apreensão.....	707
10.4.1.2.	Execução da busca domiciliar.....	707
10.4.1.3.	Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	708
10.4.2.	Busca pessoal.....	709
11.	Interceptação telefônica.....	710
11.1.	Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	710
11.2.	Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96.....	712
11.3.	Conceito de interceptação.....	714
11.4.	Interceptação e escuta ambiental.....	717
11.5.	Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	719
11.6.	Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	723
11.7.	Quebra do sigilo de dados telefônicos.....	725
11.8.	Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	729
11.9.	Requisitos para a interceptação telefônica.....	731
11.9.1.	Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente.....	731
11.9.1.1.	Da fundamentação da decisão.....	734
11.9.2.	Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	735
11.9.3.	Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis... ..	736
11.9.4.	Infração penal punida com pena de reclusão.....	737

11.9.5. Delimitação da situação objeto da investigação	739
e do sujeito passivo da interceptação	739
11.10. Sigilo profissional do advogado	739
11.11. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação	
a outros fatos delituosos (serendipidade)	740
11.12. Procedimento	743
11.13. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz	744
11.14. Segredo de justiça	745
11.15. Duração da interceptação	746
11.16. Execução da interceptação telefônica	747
11.17. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova	751
11.18. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça	751
12. Colaboração e delação premiada	752
12.1. Origem e conceito	752
12.2. Previsão legal	754
12.3. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99)	758
12.4. Eficácia objetiva da colaboração premiada	760
12.5. Natureza jurídica da colaboração premiada	761
12.6. Acordo de colaboração premiada	761
12.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada	764
12.8. Valor probatório da colaboração premiada e necessidade	
de observância do contraditório	765
<b>Título 6 – Das Medidas Cautelares de Natureza Pessoal</b>	<b>769</b>
<b>Capítulo I – Das Premissas Fundamentais e Aspectos Introdutórios</b>	<b>769</b>
1. A tutela cautelar no processo penal	769
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares	
de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	771
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal	774
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	774
2.2. Da jurisdicionalidade	774
2.2.1. Da vedação da prisão <i>ex lege</i>	777
2.3. Da proporcionalidade	778
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus commissi delicti</i>	
e <i>periculum libertatis</i>	784
4. Características das medidas cautelares	787
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal	788
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares	788
5.2. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício	789
5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar	790
5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	792

5.5.	Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	794
5.6.	Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	797
5.7.	Recursos cabíveis.....	798
5.7.1.	Em favor da acusação.....	798
5.7.2.	Em favor do acusado.....	799
5.8.	Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	800
5.9.	Detração.....	800
<b>Capítulo II – Prisão.....</b>		<b>803</b>
1.1.	Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	803
1.2.	Espécies de prisão.....	803
3.	Prisão Extrapenal.....	804
3.1.	Prisão civil.....	804
3.1.1.	Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel.....	804
3.1.2.	Prisão do falido.....	806
3.2.	Prisão administrativa.....	807
3.2.1.	Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	808
3.3.	Prisão militar.....	810
3.3.1.	Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	810
3.3.2.	Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	812
4.	Prisão penal ( <i>carcer ad poenam</i> ).....	814
5.	Prisão Cautelar ( <i>carcer ad custodiam</i> ).....	814
6.	Momento da prisão.....	817
6.1.	Inviolabilidade do domicílio.....	817
6.2.	Conceito de dia.....	819
6.3.	Cláusula de reserva de jurisdição.....	820
6.4.	Momento da prisão e Código Eleitoral.....	820
7.	Imunidades prisionais.....	821
7.1.	Presidente da República e Governadores de Estado.....	821
7.2.	Imunidade diplomática.....	822
7.3.	Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais.....	823
7.4.	Magistrados e membros do Ministério Público.....	825
7.5.	Advogados.....	826
7.6.	Menores de 18 anos.....	827
8.	Prisão e emprego de força.....	827
9.	Mandado de prisão.....	828
9.1.	Cumprimento do mandado de prisão.....	831
9.2.	Difusão vermelha ( <i>red notice</i> ).....	837
9.2.1.	Difusão vermelha a ser executada no exterior.....	838
9.2.2.	Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	838



10.	Prisão Especial e separação de presos provisórios .....	839
10.1.	Prisão de Índios .....	843
11.	Sala de Estado-Maior .....	844
Capítulo III – Dos Direitos e Garantias Constitucionais e Convencionais Atinentes à Tutela da Liberdade De Locomoção .....		846
1.	Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito .....	846
2.	Do respeito à integridade física e moral do preso .....	847
2.1.	Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia .....	849
2.2.	Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas .....	851
3.	Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público .....	853
4.	Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada .....	855
5.	Do direito ao silêncio ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ) .....	856
6.	Da assistência de advogado ao preso .....	856
7.	Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial .....	858
8.	Do relaxamento da prisão ilegal .....	860
Capítulo IV – Da Prisão em Flagrante .....		862
1.	Conceito de prisão em flagrante .....	862
2.	Funções da prisão em flagrante .....	863
3.	Fases da prisão em flagrante .....	864
4.	Natureza jurídica da prisão em flagrante delicto .....	865
5.	Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	867
5.1.	Flagrante facultativo .....	868
5.2.	Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo .....	868
6.	Sujeito passivo do flagrante .....	868
7.	Espécies de flagrante .....	869
7.1.	Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro .....	869
7.2.	Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase flagrante .....	869
7.3.	Flagrante presumido, ficto ou assimilado .....	871
7.4.	Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delicto de experiência ou delicto putativo por obra do agente provocador .....	872
7.5.	Flagrante esperado .....	873
7.5.1.	Venda simulada de droga .....	874
7.6.	Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada .....	875
7.7.	Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido .....	877
8.	Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes .....	877
8.1.	Prisão em flagrante em crime permanente .....	877
8.2.	Prisão em flagrante em crime habitual .....	878

8.3.	Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada .....	879
8.4.	Prisão em flagrante em crimes formais .....	880
8.5.	Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado) .....	880
9.	Flagrante e apresentação espontânea do agente .....	881
10.	Lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	881
10.1.	Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	882
10.2.	Condutor e testemunhas .....	884
10.3.	Interrogatório do preso .....	885
10.4.	Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito .....	886
10.5.	Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	887
10.6.	Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo) .....	887
10.7.	Recolhimento à prisão .....	888
10.8.	Remessa do auto à autoridade competente .....	889
10.9.	Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária .....	889
10.10.	Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, caso se o autuado não informar o nome de seu advogado .....	890
10.11.	Nota de culpa .....	890
11.	Convalidação judicial da prisão em flagrante .....	890
11.1.	Relaxamento da prisão em flagrante ilegal .....	891
11.2.	Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) .....	892
11.3.	Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão .....	896
11.4.	Prazo para a aplicação do art. 310 do CPP .....	897
Capítulo V – Da Prisão Preventiva .....		898
1.	Conceito de prisão preventiva .....	898
2.	Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações .....	899
3.	Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal .....	900
4.	Iniciativa para a decretação da prisão preventiva .....	902
4.1.	Decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício .....	903
4.2.	Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva .....	903
5.	Pressupostos .....	903
5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i> .....	904
5.2.	<i>Periculum libertatis</i> .....	905
5.2.1.	Garantia da ordem pública .....	905
5.2.2.	Garantia da ordem econômica .....	910
5.2.3.	Garantia de aplicação da lei penal .....	912
5.2.3.1.	Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal .....	914
5.2.4.	Conveniência da instrução criminal .....	915

5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas	916
por força de outras medidas cautelares	916
6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva	917
6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	918
6.2. Investigado ou acusado, condenado por outro crime doloso	
em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto	
no art. 64, inciso I, do Código Penal	919
6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher,	
criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência,	
para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	920
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento	
de elementos suficientes para seu esclarecimento	923
7. Prisão preventiva é excludentes de ilicitude e de culpabilidade	925
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	926
8.1. Noções introdutórias	926
8.2. Leis nºs 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão	
do processo quando o acusado estiver preso	928
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da	
proporcionalidade	932
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo	932
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa	934
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução	
criminal: mitigação das Súmulas nºs 21 e 52 do STJ	935
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	937
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação	
de nova prisão	937
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo	938
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena	938
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal	938
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto	939
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva	940
9.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	942
10. Revogação da prisão preventiva	943
11. Apresentação espontânea do acusado	946
12. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	947
Capítulo VI – Da prisão temporária	948
1. Origem	948
2. Conceito de prisão temporária	950
3. Requisitos	950
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações	952
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos	
necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado	954

3.3.	o Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	955
3.4.	Do procedimento .....	960
5.	Prazo.....	962
6.	Direitos e garantias do preso temporário.....	963
<b>Capítulo VII – Das Prisões Decorrentes de Pronúncia e de Sentença Condenatória Recorrível...</b>		<b>964</b>
1.	Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível .....	964
2.	Prisão decorrente de acórdão condenatório em virtude da ausência de efeito suspensivo dos recursos extraordinário e especial.....	971
<b>Capítulo VIII – Da Prisão Domiciliar .....</b>		<b>973</b>
1.	Da prisão domiciliar .....	973
1.1.	Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	975
1.2.	Fiscalização da prisão domiciliar .....	977
1.3.	Saídas controladas.....	978
1.4.	Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.....	978
1.5.	Detração .....	979
<b>Capítulo IX – Das Medidas Cautelares de Natureza Pessoal Diversas da Prisão .....</b>		<b>980</b>
1.	Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal .....	980
2.	Comparecimento periódico em juízo.....	981
3.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares .....	983
4.	Proibição de manter contato com pessoa determinada .....	984
5.	Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País.....	986
6.	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	987
7.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira .....	988
8.	Internação provisória .....	992
9.	Fiança.....	995
10.	Monitoração eletrônica.....	996
11.	Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial .....	1000
12.	Poder geral de cautela no processo penal.....	1002
<b>Capítulo X – Da Liberdade Provisória.....</b>		<b>1006</b>
1.	Conceito.....	1006
2.	Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar .....	1010

2.1.	Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória .....	1011
3.	Espécies de liberdade provisória .....	1012
4.	Liberdade provisória sem fiança.....	1012
4.1.	Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1012
4.2.	Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1013
4.3.	Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único) .....	1015
4.4.	Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza .....	1017
5.	Liberdade provisória com fiança .....	1018
5.1.	Conceito e natureza jurídica da fiança .....	1018
5.2.	Momento para a concessão da fiança.....	1019
5.3.	Concessão de fiança pela autoridade policial .....	1020
5.4.	Valor da fiança .....	1021
5.5.	Infrações inafiançáveis.....	1022
5.5.1.	Infrações inafiançáveis que passaram a admitir fiança após a Lei nº 12.403/11 .....	1023
5.5.1.1.	Crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada fosse superior a 2 (dois) anos (antiga redação do art. 323, I) .....	1023
5.5.1.2.	Contravenções tipificadas no art. 59 e no revogado art. 60 da Lei das Contravenções Penais (antiga redação do art. 323, II) .....	1023
5.5.1.3.	Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade, se o réu já tivesse sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado (antiga redação do art. 323, III) .....	1024
5.5.1.4.	Em qualquer caso, se houvesse no processo prova de ser o réu vadio (revogado inciso IV do art. 323) .....	1024
5.5.1.5.	Crimes punidos com reclusão, que provocassem clamor público ou que tivessem sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça (revogado inciso V do art. 323).....	1025
5.5.1.6.	Preso em gozo de suspensão condicional da pena ou de livramento condicional.....	1025
5.5.2.	Racismo.....	1025
5.5.3.	Crimes hediondos, tráfico de drogas, terrorismo e tortura .....	1025
5.5.4.	Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.....	1026

5.5.5.	Anterior quebraimento de fiança no mesmo processo ou descumprimento das obrigações dos arts. 327 e 328 do CPP ....	1026
5.5.6.	Prisão civil ou militar .....	1026
5.5.7.	Presença das hipóteses que autorizam a prisão preventiva .....	1027
5.6.	Obrigações processuais .....	1027
5.7.	Incidentes relativos à fiança .....	1028
5.7.1.	Quebraimento da fiança .....	1028
5.7.2.	Fiança definitiva .....	1029
5.7.3.	Perda da fiança .....	1029
5.7.4.	Cassação da fiança .....	1030
5.7.5.	Reforço da fiança .....	1031
5.7.6.	Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança) .....	1031
5.7.7.	Dispensa da fiança .....	1032
5.7.8.	Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança .....	1032
5.7.9.	Destinação da fiança .....	1032
5.7.10.	Execução da fiança .....	1033
5.6.	Liberdade provisória obrigatória .....	1034
5.7.	Liberdade provisória proibida .....	1034
5.8.	Liberdade provisória com vinculação .....	1043
5.9.	Liberdade provisória sem vinculação .....	1044
10.	Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público .....	1045
5.11.	Liberdade provisória e recursos .....	1046
5.12.	Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar .....	1046
5.13.	Menagem .....	1050
<b>Título 7 – Questões e Processos Incidentes .....</b>		<b>1053</b>
1.	Noções gerais .....	1053
2.	Questões prejudiciais .....	1054
2.1.	Conceito e natureza jurídica .....	1054
2.2.	Características .....	1056
2.3.	Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares .....	1056
2.4.	Classificação das questões prejudiciais .....	1057
2.4.1.	Quanto à natureza .....	1058
2.4.2.	Quanto à competência .....	1060
2.4.3.	Quanto aos efeitos .....	1060
2.4.4.	Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada .....	1061
2.5.	Sistemas de Solução .....	1061

2.6.	Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas	
2.6.1.	Pressupostos	1062
2.6.2.	Consequências	1063
2.7.	Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não	
2.7.1.	relativas ao estado civil das pessoas)	1064
2.7.2.	Pressupostos	1065
2.7.3.	Consequências	1066
2.8.	Recursos cabíveis	1067
2.9.	Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e	
2.9.1.	sua influência no âmbito criminal	1068
2.10.	Princípio da suficiência da ação penal	1069
3.	Exceções	1070
3.1.	Conceito	1070
3.2.	Exceções ou objeções	1071
3.3.	Classificação das exceções	1071
3.3.1.	Quanto à natureza	1071
3.3.2.	Quanto aos efeitos	1072
3.3.3.	Quanto à forma de processamento	1072
3.4.	Natureza Jurídica	1073
3.5.	Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade	1073
3.5.1.	Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e	
3.5.1.1.	incompatibilidade)	1073
3.5.1.2.	Reconhecimento de ofício da suspeição	1074
3.5.1.3.	Oposição da exceção de suspeição	1075
3.5.1.4.	Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto	1077
3.5.1.5.	Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal	
3.5.1.5.1.	competente	1078
3.5.1.5.2.	Recursos cabíveis	1079
3.5.2.	Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores	1079
3.5.3.	Suspeição do órgão do Ministério Público	1079
3.5.4.	Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e	
3.5.4.1.	intérpretes	1081
3.5.5.	Suspeição dos jurados	1081
3.5.6.	Suspeição da autoridade policial	1081
3.6.	Exceção de incompetência	1082
3.6.1.	Incompetência absoluta e relativa	1082
3.6.2.	Reconhecimento de ofício pelo juiz da incompetência	
3.6.2.1.	absoluta e relativa	1083
3.6.3.	Do procedimento da exceção de incompetência	1083
3.6.4.	Arguição da incompetência antes do início do processo	1084
3.6.5.	Recursos cabíveis	1085

3.7.	Exceção de ilegitimidade.....	1086
3.7.1.	Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> .....	1086
3.7.2.	Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1087
3.7.3.	Recursos cabíveis.....	1087
3.8.	Exceção de litispendência.....	1088
3.8.1.	Procedimento da exceção de litispendência.....	1089
3.8.2.	Recursos cabíveis.....	1089
3.9.	Exceção de coisa julgada.....	1089
3.9.1.	Conceito de coisa julgada.....	1089
3.9.2.	Coisa julgada formal e material.....	1090
3.9.3.	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	1090
3.9.4.	Limites da coisa julgada.....	1091
3.9.4.1.	Limites objetivos.....	1091
3.9.4.2.	Limites subjetivos.....	1094
3.9.5.	Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado.....	1094
3.9.6.	Procedimento da exceção de coisa julgada.....	1095
4.	Conflito de competência.....	1095
5.	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	1102
6.	Restituição de coisas apreendidas.....	1104
6.1.	Apreensão.....	1105
6.2.	Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1107
6.2.1.	Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	1109
6.3.	Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1110
6.3.1.	Recursos cabíveis.....	1112
7.	Medidas assecuratórias.....	1113
7.1.	Noções introdutórias.....	1113
7.1.1.	Jurisdição.....	1114
7.1.2.	Pressupostos.....	1115
7.1.3.	Contraditório prévio.....	1116
7.2.	Sequestro.....	1117
7.2.1.	Procedimento.....	1119
7.2.2.	Defesa.....	1121
7.2.3.	Levantamento do sequestro.....	1126
7.2.4.	Destinação final do sequestro.....	1128
7.3.	Especialização e inscrição da hipoteca legal.....	1129
7.3.1.	Momento.....	1132
7.3.2.	Pressupostos.....	1132
7.3.3.	Legitimidade.....	1133
7.3.4.	Procedimento.....	1134
7.3.5.	Defesa.....	1136
7.3.6.	Finalização.....	1137



7.4.	Arresto prévio (ou preventivo) .....	1138
7.5.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1140
7.5.1.	Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais .....	1143
7.6.	Alienação antecipada.....	1143
7.6.1.	Momento .....	1145
7.6.2.	Pressupostos.....	1145
7.6.3.	Legitimidade.....	1146
7.6.4.	Procedimento .....	1146
7.7.	Ação civil de confisco.....	1148
8.	Incidente de falsidade.....	1150
8.1.	Noções gerais.....	1150
8.2.	Procedimento do incidente de falsidade.....	1152
8.3.	Recurso adequado .....	1155
8.4.	Suspensão do processo principal.....	1156
8.5.	Coisa julgada .....	1156
9.	Incidente de insanidade mental.....	1157
9.1.	Instauração do incidente.....	1158
9.2.	Procedimento.....	1159
9.3.	Conclusão do incidente de insanidade mental .....	1163
9.3.1.	Durante o processo judicial .....	1163
9.3.2.	Durante o curso do inquérito policial.....	1169
9.3.3.	Durante a execução penal .....	1169
<b>Título 8 – Sujeitos do Processo.....</b>		<b>1173</b>
1.	Noções gerais.....	1173
2.	Juiz.....	1174
2.1.	Capacidade para ser juiz .....	1174
2.2.	Escolha dos juízes .....	1175
2.3.	Funções do juiz no processo penal.....	1176
2.3.1.	Funções de ordem jurisdicional .....	1176
2.3.1.1.	Gestão da prova pelo magistrado .....	1178
2.3.2.	Funções de ordem administrativa.....	1180
2.3.3.	Funções anômalas .....	1180
2.4.	Garantias e vedações dos juízes.....	1181
2.5.	Imparcialidade do juiz.....	1182
2.5.1.	Impedimento .....	1183
2.3.2.	Suspeição .....	1186
2.3.3.	Incompatibilidade.....	1189
3.	Partes.....	1190
4.	Ministério Público .....	1192

4.1.	(Im)parcialidade do Ministério Público.....	1193
4.2.	Organização do Ministério Público .....	1195
4.3.	Princípios institucionais do Ministério Público .....	1200
4.3.1.	Princípio do Promotor Natural .....	1202
4.4.	Garantias e vedações .....	1206
4.5.	Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público .....	1208
4.6.	Promotor <i>ad hoc</i> .....	1209
5.	Ofendido .....	1209
5.1.	Ofendido como querelante .....	1210
5.2.	Ofendido como assistente da acusação .....	1211
5.2.1.	Natureza do interesse do assistente da acusação.....	1213
5.2.2.	Habilitação do ofendido como assistente da acusação.....	1215
5.2.3.	Atribuições do assistente.....	1218
6.	Acusado .....	1220
6.1.	Capacidade do acusado .....	1221
6.1.1.	Menores de 18 (dezoito) anos .....	1221
6.1.2.	Acusado inimputável .....	1221
6.1.2.	Pessoa jurídica .....	1222
6.1.3.	Animais, mortos e seres inanimados.....	1223
6.1.4.	Acusado certo e individualizado .....	1223
6.1.5.	Imunidade diplomática .....	1224
6.2.	Autodefesa e presença do acusado .....	1225
6.3.	Contumácia do acusado.....	1226
6.4.	Direitos do acusado .....	1226
7.	Defensor.....	1228
7.1.	Espécies de defensor .....	1228
7.1.1.	Defensoria Pública .....	1230
7.2.	Defesa técnica plena e efetiva.....	1233
7.3.	Abandono do processo pelo defensor .....	1233
7.4.	Impedimento do defensor .....	1234
8.	Assistente da defesa .....	1234
<b>Título 9 – Comunicação dos Atos Processuais.....</b>		<b>1237</b>
1.	Noções gerais.....	1237
2.	Citação.....	1237
2.1.	Efeitos da citação válida .....	1240
2.2.	Espécies de citação .....	1241
3.	Citação pessoal .....	1241
3.1.	Citação por mandado.....	1241
3.2.	Citação por carta precatória.....	1243
3.3.	Citação do militar.....	1244

3.4.	Citação de funcionário público.....	1245
3.5.	Citação de acusado preso .....	1246
3.6.	Citação de acusado no estrangeiro .....	1247
3.7.	Citação em legações estrangeiras.....	1249
3.8.	Citação mediante carta de ordem .....	1249
4.	Citação por edital.....	1249
4.1.	Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1250
4.2.	Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP) .....	1253
4.2.1.	Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar.....	1254
4.2.2.	Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição.....	1255
4.2.3.	Produção antecipada de provas urgentes.....	1256
4.2.4.	Prisão preventiva .....	1257
4.2.5.	Comparecimento do acusado .....	1257
4.2.6.	Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais .....	1258
5.	Citação por hora certa .....	1259
6.	Intimação e notificação.....	1262
6.1.	Formas de intimação das partes.....	1262
<b>Título 10 – Processo e Procedimento .....</b>		<b>1267</b>
<b>Capítulo I – Introdução .....</b>		<b>1267</b>
1.	Noções gerais.....	1267
1.1.	Procedimento e devido processo penal .....	1268
1.2.	Violação às regras procedimentais.....	1269
2.	Classificação do procedimento.....	1270
2.1.	Classificação do procedimento comum.....	1271
2.1.1.	Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes.....	1273
3.	Procedimento no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a procedimentos distintos.....	1274
4.	Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão .....	1275
<b>Capítulo II – Procedimento Comum Ordinário .....</b>		<b>1276</b>
1.	Oferecimento da peça acusatória.....	1276
2.	Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória .....	1276
2.1.	Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória .....	1277
3.	Rejeição da peça acusatória.....	1278
3.1.	Causas de rejeição .....	1278
3.1.1.	Inépcia da peça acusatória .....	1278
3.1.2.	Falta de pressuposto processual .....	1280
3.1.3.	Falta de condições para o exercício da ação penal .....	1281
3.1.4.	Falta de justa causa para o exercício da ação penal.....	1283

3.2.	Rejeição parcial da peça acusatória .....	1283
3.3.	Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória .....	1283
4.	Recebimento da peça acusatória .....	1284
4.1.	(Des)necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória .....	1284
4.2.	Consequências do recebimento da peça acusatória.....	1285
4.3.	Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória.....	1286
5.	Citação do acusado.....	1287
6.	Revelia .....	1287
7.	Reação defensiva à peça acusatória .....	1289
7.1.	Extinta defesa prévia.....	1289
7.2.	Defesa preliminar.....	1290
7.2.1.	Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar .....	1290
7.2.2.	Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar ..	1292
7.2.3.	Defesa preliminar e necessidade de apresentação concomitante da resposta à acusação .....	1294
7.3.	Resposta à acusação.....	1296
7.4.	Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação .....	1299
8.	Oitiva da acusação.....	1300
9.	Absolvição sumária.....	1300
9.1.	Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1301
9.2.	Causas de absolvição sumária no procedimento comum.....	1301
9.3.	Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP.....	1302
9.4.	Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária .....	1302
9.5.	Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....	1303
9.6.	Coisa julgada .....	1303
9.7.	Recurso adequado .....	1304
10.	Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo .....	1304
11.	Designação da audiência .....	1306
12.	Audiência una de instrução e julgamento.....	1307
12.1.	Da instrução probatória em audiência .....	1307
12.2.	Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1307
12.3.	Diligências.....	1309
12.4.	<i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento.....	1310
12.5.	Alegações orais.....	1311
12.5.1.	Conteúdo das alegações orais .....	1312
12.5.2.	Ordem de apresentação das alegações orais.....	1313
12.5.3.	Substituição das alegações orais por memoriais .....	1314
12.5.4.	Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes ....	1314

12.6.	Sentença .....	1316
12.7.	Registro da audiência.....	1316
<b>Capítulo III – Procedimento Comum Sumário .....</b>		<b>1317</b>
1.	Noções gerais.....	1317
2.	Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário .....	1317
<b>Capítulo IV – Procedimento Especial do Tribunal do Júri.....</b>		<b>1318</b>
1.	Princípios constitucionais do júri.....	1318
1.1.	Plenitude de defesa.....	1319
1.2.	Sigilo das votações.....	1320
1.2.1.	Sala especial.....	1320
1.2.2.	Incomunicabilidade dos jurados .....	1321
1.2.3.	Votação unânime.....	1322
1.3.	Soberania dos veredictos .....	1322
1.3.1.	Cabimento de apelação contra decisões do Júri .....	1323
1.3.2.	Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri .....	1324
1.4.	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1325
2.	Procedimento bifásico do Tribunal do Júri .....	1326
3.	<i>Judicium accusationis</i> (ou sumário da culpa) .....	1327
3.1.	Alegações orais.....	1331
4.	Impronúncia .....	1332
4.1.	Natureza jurídica e coisa julgada .....	1333
4.2.	Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória .....	1333
4.3.	Infração conexa.....	1334
4.4.	Despronúncia .....	1334
4.5.	Recurso cabível .....	1334
5.	Desclassificação do delito .....	1336
5.1.	Nova capitulação legal.....	1337
5.2.	Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente.....	1338
5.3.	Infração conexa.....	1339
5.4.	Situação do acusado preso .....	1339
5.5.	Recurso cabível .....	1340
5.6.	Conflito de competência .....	1341
6.	Absolvição sumária.....	1343
6.1.	Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP .....	1344
6.2.	Juízo de certeza.....	1345
6.3.	Infração conexa.....	1345
6.4.	Natureza jurídica e coisa julgada .....	1346
6.5.	Recurso cabível .....	1346
6.5.1.	Recurso de ofício .....	1348

7.	Pronúncia.....	1348
7.1.	Pressupostos.....	1349
7.2.	Natureza jurídica.....	1350
7.3.	Regra probatória: <i>in dubio pro societate</i> (ou <i>in dubio pro reo</i> ).....	1350
7.4.	Fundamentação e eloquência acusatória.....	1352
7.5.	<i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	1354
7.6.	Conteúdo da pronúncia.....	1355
7.7.	Infrações conexas.....	1357
7.8.	Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes.....	1358
7.9.	Efeitos da pronúncia.....	1358
7.9.1.	Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1360
7.10.	Intimação da pronúncia.....	1361
7.11.	Recurso cabível.....	1363
8.	Desaforamento.....	1363
8.1.	Legitimidade para o requerimento de desaforamento.....	1364
8.2.	Momento para o desaforamento.....	1364
8.3.	Hipóteses que autorizam o desaforamento.....	1365
8.4.	Aceleração de julgamento.....	1366
8.5.	Crimes conexos e coautores.....	1367
8.6.	Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1367
8.7.	Efeito suspensivo.....	1368
8.8.	Recursos.....	1368
8.9.	Reaforamento.....	1368
9.	Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1368
9.1.	Ordenamento do processo.....	1370
9.2.	Ordem do julgamento.....	1371
9.3.	Habilitação do assistente do Ministério Público.....	1371
10.	Organização do Júri.....	1371
10.1.	Requisitos para ser jurado.....	1372
10.2.	Recusa injustificada.....	1375
10.3.	Direitos dos jurados.....	1376
10.4.	Escusa de consciência.....	1377
11.	Sessão de julgamento.....	1378
11.1.	Reunião periódica.....	1378
11.2.	Ausências.....	1378
11.2.1.	Ausência do órgão do Ministério Público.....	1378
11.2.2.	Ausência do advogado de defesa.....	1379
11.2.3.	Ausência do acusado solto.....	1380
11.2.4.	Ausência do acusado preso.....	1381

0001	11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação .....	1381
0001	11.2.6. Ausência do advogado do querelante .....	1381
0001	11.2.7. Ausência de testemunhas .....	1382
0001	11.2.8. Ausência do juiz presidente .....	1384
0001	11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados .....	1384
0001	11.3.1. Empréstimo de jurados .....	1385
0001	11.4. Suspeição, impedimento e incompatibilidade .....	1386
0001	11.4.1. Dos jurados .....	1386
0001	11.4.2. Do juiz-presidente .....	1388
0001	11.4.3. Do órgão do Ministério Público .....	1388
0001	11.5. Composição do Conselho de Sentença .....	1388
0001	11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) .....	1388
0001	11.5.1.1. e estouro de urna .....	1388
0001	11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados .....	1391
0001	11.6. Instrução em plenário .....	1391
0001	11.6.1. Leitura de peças .....	1392
0001	11.6.2. Interrogatório do acusado .....	1394
0001	11.6.2.1. Uso de algemas .....	1394
0001	11.7. Debates .....	1396
0001	11.7.1. Réplica e tréplica .....	1397
0001	11.7.1.1. Inovação na tréplica .....	1398
0001	11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário .....	1400
0001	11.7.3. Argumento de autoridade .....	1402
0001	11.7.4. Direito ao aparte .....	1402
0001	11.7.5. Sociedade indefesa .....	1403
0001	11.7.6. Acusado indefeso .....	1403
0001	11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença .....	1406
0001	12. Quesitação .....	1407
0001	12.1. Leitura dos quesitos .....	1408
0001	12.2. Votação .....	1410
0001	12.3. Ordem dos quesitos .....	1411
0001	12.4. Questões diversas .....	1417
0001	12.4.1. Absolvição imprópria .....	1417
0001	12.4.2. Falso testemunho em plenário .....	1418
0001	12.4.3. Agravantes e atenuantes .....	1419
0001	12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio .....	1420
0001	13. Desclassificação .....	1421
0001	13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo .....	1422
0001	13.2. Desclassificação e crimes conexos .....	1424

14.	Sentença .....	1425
14.1.	Sentença absolutória.....	1425
14.2.	Sentença condenatória.....	1426
14.3.	Ata .....	1426
14.4.	Atribuições do juiz presidente.....	1426
<b>Capítulo V – Procedimento Comum Sumaríssimo .....</b>		<b>1427</b>
1.	Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais .....	1427
2.	Competência dos Juizados Especiais Criminais.....	1430
2.1.	Conceito de infração de menor potencial ofensivo .....	1430
2.1.1.	Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	1432
2.2.	Excesso de acusação.....	1433
2.3.	Estatuto do Idoso.....	1434
2.4.	Acusados com foro por prerrogativa de função .....	1435
2.5.	Crimes eleitorais .....	1435
2.6.	Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95.....	1435
2.7.	Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar.....	1436
2.8.	Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1437
2.9.	Causas de modificação da competência dos Juizados.....	1439
2.10.	Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa.....	1440
2.11.	Competência territorial.....	1442
2.11.1.	Juizados Especiais Itinerantes.....	1442
3.	Termo Circunstanciado.....	1443
4.	Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo .....	1445
4.1.	Afastamento do lar nos casos de violência doméstica.....	1446
5.	Fase preliminar dos Juizados.....	1447
5.1.	Composição dos danos civis.....	1447
5.2.	Oferecimento de representação .....	1449
5.3.	Transação penal.....	1450
5.3.1.	Pressupostos de admissibilidade da transação penal .....	1451
5.3.2.	Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal .....	1454
5.3.3.	Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal .....	1455
5.3.4.	Momento para o oferecimento da proposta de transação penal ....	1456
5.3.5.	Descumprimento injustificado da transação penal .....	1458
5.3.6.	Recurso.....	1460
6.	Análise do procedimento comum sumaríssimo .....	1461
6.1.	Oferecimento da peça acusatória.....	1462
6.2.	Defesa Preliminar.....	1464



6.3.	Rejeição ou recebimento da peça acusatória .....	1464
6.4.	Citação do acusado.....	1465
6.5.	Resposta à acusação.....	1466
6.6.	Possibilidade de absolvição sumária .....	1467
6.7.	Audiência de instrução e julgamento.....	1468
7.	Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais ....	1469
7.1.	Apelação nos Juizados .....	1470
7.2.	Embargos de declaração nos Juizados .....	1472
7.3.	Recurso Extraordinário .....	1472
7.4.	Recurso Especial.....	1473
7.5.	<i>Habeas corpus</i> .....	1473
7.6.	Mandado de segurança.....	1474
7.7.	Revisão criminal.....	1474
8.	Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1475
9.	Suspensão condicional do processo .....	1476
9.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1476
9.2.	Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo ....	1476
9.3.	Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada .....	1480
9.4.	Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo .....	1480
9.5.	Momento para a aceitação da proposta .....	1482
9.5.1.	Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva .....	1482
9.6.	Aceitação da proposta .....	1483
9.7.	Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1485
9.8.	Condições da suspensão condicional do processo .....	1486
9.9.	Revogação da suspensão condicional do processo .....	1489
9.9.1.	Revogação obrigatória .....	1489
9.9.2.	Revogação facultativa .....	1489
9.10.	Extinção da punibilidade.....	1490
9.11.	Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1490
10.	Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1492
<b>Título 11 – Sentença Penal .....</b>		<b>1495</b>
1.	Atos processuais do juiz.....	1495
2.	Classificação dos provimentos judiciais.....	1495
2.1.	Despachos de mero expediente .....	1496
2.2.	Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1496
2.3.	Decisões definitivas.....	1497
2.4.	Sentença .....	1498
2.5.	Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas.....	1499
2.6.	Decisões executáveis, não executáveis e condicionais .....	1499

2.7.	Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas .....	1499
2.8.	Decisões suicidas, vazias e autofágicas .....	1500
2.9.	Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas .....	1500
3.	Estrutura e requisitos da sentença .....	1501
3.1.	Relatório .....	1501
3.2.	Fundamentação .....	1503
3.2.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> .....	1506
3.3.	Dispositivo .....	1507
3.4.	Autenticação .....	1508
4.	Sentença absolutória .....	1508
4.1.	Espécies de sentença absolutória .....	1508
4.2.	Presunção de inocência e regra probatória .....	1510
4.3.	Fundamentos .....	1510
4.4.	Efeitos decorrentes da sentença absolutória .....	1511
4.4.1.	Efeito principal: colocação do acusado em liberdade .....	1511
4.4.2.	Efeitos secundários .....	1512
5.	Sentença condenatória .....	1513
5.1.	Fixação da pena .....	1513
5.1.1.	Fixação da pena-base .....	1516
5.1.2.	Fixação da pena provisória .....	1519
5.1.3.	Fixação da pena definitiva .....	1522
5.1.4.	Fixação do regime penitenciário .....	1523
5.1.4.1.	Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12) .....	1525
5.1.5.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos .....	1527
5.1.6.	Fixação da pena de multa .....	1530
5.2.	Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória .....	1531
5.3.	Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória .....	1533
5.3.1.	Efeitos penais .....	1533
5.3.2.	Efeitos extrapenais .....	1534
5.3.2.1.	Efeitos extrapenais obrigatórios .....	1534
5.3.2.2.	Efeitos extrapenais específicos .....	1537
5.4.	Pedido absolutório formulado pela acusação e (im)possibilidade de condenação .....	1542
6.	Publicação da sentença .....	1543
6.1.	Esgotamento da instância .....	1544
6.2.	Intimação da sentença .....	1545

7.	Princípio da correlação entre acusação e sentença .....	1548
7.1.	<i>Emendatio libelli</i> .....	1548
7.1.1.	Momento da <i>emendatio libelli</i> .....	1550
7.1.2.	<i>Emendatio libelli</i> e necessidade de oitiva das partes .....	1553
7.1.3.	<i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal .....	1554
7.1.4.	<i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância .....	1555
7.2.	<i>Mutatio libelli</i> .....	1555
7.2.1.	Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória .....	1556
7.2.2.	Fato novo e fato diverso .....	1558
7.2.3.	Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominado à imputação diversa .....	1559
7.2.4.	Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i> ) e provocado (CPP, art. 384, § 1º) .....	1560
7.2.5.	Procedimento da <i>mutatio libelli</i> .....	1562
7.2.6.	Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória .....	1564
7.2.7.	<i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal .....	1564
7.2.8.	Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária .....	1566
7.2.9.	<i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância .....	1567
7.3.	Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	1569
7.3.1.	Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal .....	1569
7.3.2.	Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo .....	1571
7.3.3.	Mudança de competência .....	1572
7.3.4.	Mudança da espécie de ação penal .....	1573
7.4.	<i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> no processo penal militar .....	1575
<b>Título 12 – Nulidades .....</b>		<b>1577</b>
1.	Noções gerais: tipicidade processual e nulidade .....	1577
2.	Espécies de irregularidades .....	1579
3.	Espécies de atos processuais .....	1580
4.	Nulidade .....	1582
4.1.	Espécies de nulidades .....	1582
4.1.1.	Nulidade absoluta .....	1582
4.1.1.1.	Hipóteses de nulidades absolutas .....	1585
4.1.2.	Nulidade relativa .....	1586
4.1.2.1.	Hipóteses de nulidades relativas .....	1586
4.1.2.2.	Momento para a arguição das nulidades relativas .....	1587
4.1.3.	Anulabilidades .....	1592
4.2.	Reconhecimento das nulidades .....	1592

4.2.1.	Na primeira instância .....	1592
4.2.2.	Na segunda instância .....	1593
5.	Princípios referentes às nulidades .....	1595
5.1.	Princípio da tipicidade das formas .....	1595
5.2.	Princípio do prejuízo .....	1595
5.3.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	1596
5.4.	Princípio da eficácia dos atos processuais .....	1598
5.5.	Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia .....	1598
5.6.	Princípio da causalidade (efeito expansivo) .....	1599
5.7.	Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade) .....	1601
5.8.	Princípio do interesse .....	1602
5.9.	Princípio da lealdade (ou da boa-fé) .....	1603
5.10.	Princípio da convalidação .....	1603
6.	Nulidades em espécie .....	1606
6.1.	Incompetência .....	1606
6.2.	Suspeição .....	1607
6.3.	Suborno do juiz .....	1607
6.4.	Ilegitimidade de parte .....	1608
6.5.	Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça .....	1609
6.6.	Ausência do exame de corpo de delito .....	1610
6.7.	Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos .....	1612
6.8.	Não intervenção do Ministério Público .....	1613
6.9.	Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa .....	1615
6.10.	Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri .....	1617
6.11.	Falta da sentença .....	1625
6.12.	Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido .....	1627
6.13.	Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso .....	1628
6.14.	Falta do <i>quorum</i> legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais .....	1631
6.15.	Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato .....	1631
7.	Nulidades no inquérito policial .....	1632
<b>Título 13 – Recursos .....</b>		<b>1635</b>
<b>Capítulo I – Teoria Geral dos Recursos .....</b>		<b>1635</b>
1.	Conceito e características .....	1635
2.	Natureza jurídica dos recursos .....	1636

3.	Princípios .....	1636
3.1.	Duplo grau de jurisdição .....	1636
3.1.1.	Recolhimento à prisão para recorrer.....	1639
3.1.2.	Acusados com foro por prerrogativa de função .....	1643
3.2.	Princípio da taxatividade dos recursos.....	1645
3.3.	Princípio da unirrecorribilidade das decisões .....	1645
3.4.	Princípio da fungibilidade .....	1647
3.5.	Princípio da convoção .....	1648
3.6.	Princípio da voluntariedade dos recursos.....	1649
3.6.1.	Reexame necessário (recurso de ofício).....	1650
3.7.	Princípio da disponibilidade dos recursos .....	1652
3.8.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença).....	1652
3.8.1.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta .....	1654
3.8.2.	<i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta .....	1655
3.8.3.	<i>Non reformatio in pejus indireta</i> e soberania dos veredictos.....	1656
3.9.	Princípio da <i>reformatio in mellius</i> .....	1658
3.10.	Princípio da dialeticidade.....	1659
3.10.1.	Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público ....	1661
3.11.	Princípio da complementariedade.....	1662
3.12.	Princípio da variabilidade.....	1663
3.13.	Princípio da colegialidade .....	1663
4.	Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação) .....	1665
5.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal .....	1667
5.1.	Cabimento .....	1668
5.2.	Adequação.....	1668
5.3.	Tempestividade .....	1668
5.3.1.	Início do prazo recursal.....	1669
5.3.2.	Prazo recursal para a defesa.....	1672
5.3.3.	Início do prazo recursal para o Ministério Público .....	1674
5.3.4.	Prazos recursais diversos .....	1674
5.3.5.	Prazo em dobro .....	1676
5.3.6.	Férias forenses.....	1676
5.3.7.	Interposição de recursos via fax .....	1677
5.3.8.	Utilização de meios eletrônicos .....	1678
5.4.	Inexistência de fato impeditivo .....	1678
5.4.1.	Renúncia ao direito de recorrer .....	1678
5.4.2.	Preclusão .....	1679
5.4.3.	Recolhimento à prisão para recorrer .....	1680
5.5.	Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso) .....	1680
5.5.1.	Desistência .....	1680
5.5.2.	Deserção.....	1682
5.5.2.1.	Deserção por falta de preparo.....	1683
5.5.2.2.	Deserção por fuga do acusado.....	1684

5.6.	Regularidade formal.....	1684
6.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1685
6.1.	Legitimidade recursal.....	1686
6.1.1.	Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	1687
6.2.	Interesse recursal.....	1691
6.2.1.	Classificação da sucumbência.....	1692
6.2.2.	Sentença absolutória e interesse recursal da defesa.....	1693
6.2.3.	Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito.....	1693
6.2.4.	Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1694
6.2.5.	Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1694
7.	Efeitos dos recursos.....	1696
7.1.	Efeito obstativo.....	1696
7.2.	Efeito devolutivo.....	1696
7.3.	Efeito suspensivo.....	1699
7.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1701
7.5.	Efeito extensivo.....	1701
7.6.	Efeito substitutivo.....	1702
7.7.	Efeito translativo.....	1703
7.8.	Efeito dilatatório-procedimental.....	1703
8.	Direito intertemporal e recursos.....	1703
9.	Classificação dos recursos.....	1706
9.1.	Quanto à obrigatoriedade.....	1706
9.2.	Quanto à fundamentação.....	1706
9.3.	Quanto à extensão da matéria impugnada.....	1707
9.4.	Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1708
9.5.	Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1709
Capítulo II	– Recursos Criminais em Espécie.....	1709
1.	Recurso em sentido estrito.....	1709
1.1.	Interpretação extensiva.....	1710
1.2.	Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1711
1.3.	Hipóteses de cabimento.....	1711
1.3.1.	Não recebimento da peça acusatória.....	1712
1.3.2.	Incompetência do juízo.....	1714
1.3.3.	Procedência das exceções, salvo a de suspeição.....	1716
1.3.4.	Pronúncia do acusado.....	1716
1.3.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1717
1.3.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.....	1720

1801	1.3.7.	Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade .....	1721
1801	1.3.8.	Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1722
1801	1.3.9.	Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo .....	1723
1801	1.3.10.	Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional ...	1724
1801	1.3.11.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento .....	1725
1801	1.3.12.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir .....	1726
1801	1.3.13.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta .....	1726
1801	1.3.14.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor .....	1727
1801	1.3.15.	Decisão que decidir sobre a unificação de penas .....	1728
1801	1.3.16.	Decisão que decidir o incidente de falsidade .....	1728
1801	1.3.17.	Incidentes da execução da pena .....	1729
1801	1.3.18.	Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples .....	1729
1801	1.4.	Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito .....	1730
1801	1.4.1.	Forma .....	1730
1801	1.4.2.	Prazo .....	1731
1801	1.4.3.	Processamento .....	1731
1801	1.4.4.	Competência para o julgamento .....	1732
1801	1.5.	Efeitos .....	1733
1801	2.	Apelação .....	1734
1801	2.1.	Noções gerais .....	1734
1801	2.2.	Espécies .....	1735
1801	2.2.1.	Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita) .....	1735
1801	2.2.2.	Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva) .....	1736
1801	2.2.3.	Apelação sumária e apelação ordinária .....	1737
1801	2.2.4.	Apelação adesiva (ou incidental) .....	1737
1801	2.3.	Hipóteses de cabimento .....	1738
1801	2.3.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular .....	1738
1801	2.3.2.	Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito .....	1738
1801	2.3.3.	Decisões do Tribunal do Júri .....	1739
1801	2.4.	Aspectos procedimentais da apelação .....	1747
1801	2.4.1.	Forma .....	1747
1801	2.4.2.	Prazo .....	1748
1801	2.4.3.	Processamento .....	1748
1801	2.4.4.	Competência para o julgamento .....	1749

2.5.	Efeitos	1749
113.	Protesto por novo júri	1752
3.1.	Revogação pela Lei nº 11.689/08	1752
3.2.	Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri	1752
4.	Embargos infringentes e de nulidade	1757
4.1.	Hipóteses de cabimento	1757
4.2.	Prazo e interposição	1758
4.3.	Competência para seu julgamento	1758
4.4.	Efeitos	1759
4.5.	Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários	1761
5.	Embargos de Declaração	1762
5.1.	Hipóteses de cabimento	1762
5.2.	Prazo	1763
5.3.	Procedimento	1763
5.4.	Efeitos quanto aos demais prazos recursais	1763
6.	Agravo em execução	1764
6.1.	Hipóteses de cabimento	1764
6.2.	Procedimento	1765
6.3.	Prazo	1766
6.4.	Efeitos	1766
7.	Carta testemunhável	1767
7.1.	Hipóteses de cabimento	1767
7.2.	Prazo	1768
7.3.	Procedimento	1769
7.4.	Efeitos	1769
8.	Correição parcial	1770
8.1.	Hipóteses de cabimento	1770
8.2.	Natureza jurídica	1772
8.3.	Legitimidade	1772
8.4.	Prazo	1772
<b>Título 14 – Ações Autônomas de Impugnação</b>		<b>1773</b>
<b>Capítulo I – Habeas Corpus</b>		<b>1773</b>
1.	Noções Gerais	1773
2.	Natureza jurídica	1774
3.	Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1775
3.1.	Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder	1775



3.2.	Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	1777
3.2.1.	Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i> .....	1778
3.2.2.	Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação .....	1779
3.2.2.1.	<i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário .....	1783
4.	Possibilidade jurídica do pedido .....	1784
4.1.	Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares .....	1785
4.2.	Estado de Sítio .....	1785
4.3.	Prisão administrativa .....	1786
5.	Legitimação ativa .....	1786
5.1.	Distinção entre impetrante e paciente .....	1786
5.2.	Legitimação ampla e irrestrita .....	1787
5.3.	Pessoa jurídica .....	1788
5.4.	Ministério Público .....	1789
5.5.	Outras autoridades .....	1790
6.	Legitimação passiva .....	1790
6.1.	Autoridade coatora (ou coator) e detentor .....	1790
6.2.	Ministério Público como autoridade coatora .....	1791
6.3.	Particular como coator .....	1791
6.4.	Outras autoridades .....	1792
7.	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo, profilático e trancativo .....	1792
8.	Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i> .....	1793
8.1.	Ausência de justa causa .....	1794
8.1.1.	Falta de justa causa para a prisão .....	1795
8.1.2.	Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares ...	1796
8.1.3.	Falta de justa causa e trancamento do processo penal .....	1797
8.2.	Decurso do tempo de prisão previsto na lei .....	1799
8.2.1.	Excesso de prazo da prisão penal .....	1799
8.2.2.	Excesso de prazo da prisão temporária .....	1799
8.2.3.	Excesso de prazo da prisão preventiva .....	1800
8.3.	Coação ordenada por autoridade incompetente .....	1800
8.4.	Cessação do motivo que autorizou a coação .....	1801
8.5.	Não admissão de prestação de fiança .....	1803
8.6.	Processo manifestamente nulo .....	1805
8.7.	Extinção da punibilidade .....	1806
9.	Competência .....	1807
9.1.	Competência do Supremo Tribunal Federal .....	1810
9.2.	Competência do Superior Tribunal de Justiça .....	1811
9.3.	Competência dos Tribunais Regionais Federais .....	1811
9.4.	Competência dos Tribunais de Justiça .....	1812

9.5.	Competência da Justiça Militar.....	1812
9.6.	Competência das Turmas Recursais.....	1814
9.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1814
9.8.	Competência do juiz de 1ª instância.....	1815
9.9.	Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i> .....	1816
10.	Procedimento.....	1818
10.1.	Capacidade postulatória.....	1818
10.2.	Petição inicial.....	1818
10.3.	Dilação probatória.....	1819
10.4.	Medida liminar.....	1820
10.4.1.	Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i> .....	1821
10.5.	Apresentação do preso e requisição de informações.....	1822
10.6.	Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1822
10.7.	Intervenção das partes.....	1823
10.8.	Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i> .....	1824
10.9.	Coisa julgada.....	1826
Capítulo II – Revisão Criminal.....		1827
1.	Noções gerais.....	1827
2.	Conceito.....	1828
3.	Natureza jurídica.....	1829
4.	Distinção entre revisão criminal e ação rescisória.....	1830
5.	Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1830
6.	Condições da ação.....	1831
6.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	1831
6.2.	Interesse de agir: coisa julgada.....	1833
6.2.1.	Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento).....	1833
6.3.	Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado.....	1833
6.3.1.	Vedação da revisão criminal <i>pro societate</i> no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual.....	1834
6.3.2.	Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria.....	1835
6.3.3.	Extinção da punibilidade.....	1836
6.3.4.	Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos.....	1836
6.3.5.	Juizados Especiais Criminais.....	1837
6.3.6.	Transação penal.....	1838
6.3.7.	<i>Impeachment</i> .....	1838

117.	Hipóteses de cabimento da revisão criminal .....	1838
118.	7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal .....	1839
119.	7.2. Contrariedade à evidência dos autos .....	1841
120.	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos .....	1841
121.	7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado .....	1842
122.	7.5. Nulidade do processo .....	1843
123.	Aspectos procedimentais da revisão criminal .....	1845
124.	8.1. Capacidade postulatória .....	1845
125.	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão .....	1846
126.	8.3. Inexistência de prazo decadencial .....	1846
127.	8.4. Competência .....	1846
128.	8.5. Procedimento .....	1848
129.	8.6. Efeito suspensivo .....	1849
130.	8.7. Ônus da prova .....	1850
131.	8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta .....	1851
132.	8.9. Recursos .....	1852
133.	8.10. Indenização pelo erro judiciário .....	1852
134.	8.11. Coisa julgada .....	1854
<b>Capítulo III – Mandado De Segurança .....</b>		<b>1854</b>
135.	Noções gerais .....	1854
136.	Conceito e natureza jurídica .....	1855
137.	Objeto da tutela .....	1855
138.	Prazo decadencial .....	1856
139.	Legitimação ativa e passiva .....	1856
140.	Cabimento .....	1858
141.	6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal .....	1860
142.	Aspectos procedimentais .....	1862
143.	7.1. Petição inicial .....	1862
144.	7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança .....	1863
145.	7.3. Competência .....	1864
146.	7.4. Medida liminar .....	1865
147.	7.5. Recursos .....	1866
<b>Bibliografia .....</b>		<b>1869</b>